

A DIMENSÃO SOCIAL DA EVANGELIZAÇÃO

*Prof. Ms. Pe. Antonio Almir Magalhães de Oliveira**

Resumo

A Exortação Apostólica do Papa Francisco **Evangelii Gaudium**, publicada em 24 de novembro de 2013, é considerada como um documento a apontar caminhos que a Igreja deve percorrer nos próximos anos, consoante afirmação de abertura do próprio documento e é de um conteúdo programático de seu pontificado. A esta contribuição enfoca a parte do referido documento, o capítulo IV, que trata da dimensão social da evangelização. A escolha se deu porque, na compreensão do autor, é a grande lacuna no processo de evangelização, especialmente numa perspectiva da justiça social, da defesa da vida e transformadora, mormente em tempos de Pós-Modernidade, porquanto se acentua uma visão de predominância neopentecostal. O capítulo vai na contramão desta história.

Palavras-chave

Pobre. Inclusão Social. Distribuição de Renda. Paz Social. Diálogo.

Abstract

Pope Francis Apostolic Exhortation **Evangelii GAUDIUM**, - 24 november 2013 - is seen as document which appoint ways to be followed in the next years, as the proper document is appointed in its begening and signifies an index program of his pontificate. This contribution focus a part of the doc. Chap. IV, solid is talking about the social dimension of the Gospel. The autor chooses this chapter because, in the author's opinion, it is the great missing in the process of evangelisation, especially in the perspective of social justice, defense of life and of transformation, mainly in Pos Modernity, in sofar sublimed as vision of neopentecostal predomination. The chapter goes against this story.

Keywords

Poor. Social Inclusion. Distribution of renda. Social Peace. Dialogue.

1 Introdução

O título desta reflexão foi extraído do cap. IV da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), do Papa Francisco, datada de 24 de novembro de 2013, por ocasião do encerramento do Ano da Fé.

Qual o motivo desta escolha, que acaba também se tornando o grande objetivo desta pesquisa? Se considerarmos o modelo hegemônico de Igreja que temos hoje, de matriz neopentecostal, também na Igreja Católica, mormente em nosso País, espetacularmente veiculada pela mídia católica, sobretudo por padres que emergiram em nível nacional, com carisma para se comunicar com as massas, é desta matriz, cuja identidade basicamente exime do processo de evangelização a questão social.

Esta afirmação é facilmente encontrada nos documentos da Igreja, de cunho pastoral: o próprio documento de referência deste texto explicita isto algumas vezes: há certo cristianismo feito de devoções, próprio de uma vivência individual e sentimental da fé – que, na realidade, não corresponde a uma autêntica “piedade popular”. Alguns promovem estas expressões sem se preocupar com a promoção social e a formação dos fiéis (EG nº 70). A vida espiritual confunde-se com alguns momentos religiosos que proporcionam algum alívio, mas não alimentam o encontro com os outros, o compromisso no mundo, a paixão pela evangelização (EG, nº 78), o Papa afirma que muitos tentam escapar aos outros, se fechando na sua privacidade confortável... e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho (EG, nº 88). Mais do que o ateísmo, o desafio que hoje se nos apresenta é responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem o compromisso com o outro (EG nº 89). Noutros setores da sociedade, cresce o apreço por várias formas de “espiritualidade do bem-estar”, sem comunidade, por uma “teologia da prosperidade”, sem compromissos fraternos ou por experiências subjetivas sem rostos, que se reduzem a uma busca interior imanentista” (EG nº 90).

Também o documento 100 da CNBB (*Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia – A conversão pastoral da paróquia*, segue a mesma trilha, quando afirma que

A vivência da fé na sociedade atual é geralmente exercida numa religiosidade não institucional e sem comunidade, mais ligadas aos interesses pessoais. A busca de curas e prosperidade propiciou o crescimento de novos grupos religiosos que prometem soluções imediatas às demandas da população, especialmente carente de recursos e de atendimento à saúde. (CNBB, doc. 100, nº 23).

Procurando cientificamente ser honesto, esta matriz religiosa hegemônica, hoje em dia, é considerada como uma resposta adequada à sociedade pós-moderna, muito mais preocupada com o imediato, efêmero, *light*, sem interferir no momento histórico em função de um futuro melhor.

Na verdade, vivemos numa sociedade organizada e estruturada de tal forma que priva a humanidade das condições materiais básicas, tornando-se estas estruturas pecaminosas. É neste contexto que as lutas populares por libertação aparecem como lugar privilegiado de vivência da fé, tornando-se um desafio para a vivência da fé e para a ação pastoral e evangelizadora da Igreja. (cf. AQUINO, 2011, p.24), sem se esquecer de que o tema faz parte da Doutrina Social da Igreja.

Alguém pode desconsiderar as afirmações até aqui desenvolvidas, seja porque se fechou em suas perspectivas, por não buscar fundir horizontes distintos ou porque atesta que suas comunidades têm presença junto ao mundo dos excluídos. Sem dúvidas, parabenizamos aqueles que já se abriram para tal perspectiva, entretanto estão muito ligados ao emergencial, que deve ser considerado para determinados momentos, e, neste sentido, quando se torna uma prática corriqueira, corre-se o risco de que a Igreja no Brasil já detectou em seu documento (por sinal esquecido) – *Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome* (nº 69), quando afirma: “Quando se atende somente às expectativas imediatas dos pobres, corre-se o risco de perpetuar a desigualdade social” (nº 30).¹

Dedução lógica do que foi colocado até aqui? Que esta dimensão acaba sendo uma grande lacuna no processo de evangelização, quase se pode afirmar que “parece” ser algo de responsabilidade das pastorais sociais e não de toda a comunidade eclesial, sendo parte constitutiva da missão da Igreja. Aliás, no início do 4º Capítulo da referida *Exortação*, o Papa afirma:

Desejo agora partilhar as minhas preocupações relacionadas com a dimensão social da evangelização, precisamente porque, se esta dimensão não for devidamente explicitada, corre-se sempre o risco de desfigurar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora. (EG nº 176).

¹ CNBB, Doc. 69 – *Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome*, S.Paulo: Paulinas, 2002.

O fundamento do que aqui vai ser tratado se baseia na **caridade**, entendida em três aspectos ou níveis: o emergencial, o da promoção humana e o da transformação. Via de regra estamos muito bem no primeiro aspecto.

Nesta contribuição, vamos sobrevoar todo o capítulo IV da *Exortação*, ora transcrevendo textos, ora emitindo juízo a respeito e acrescentando a contribuição de outros autores. Em seguida, mostra-nos toda a estrutura do documento, os grandes temas, sobretudo dando ênfase à caridade como dimensão constitutiva da missão da Igreja e a sua incidência maior na vida dos pobres, evidenciando o lugar privilegiado que devem ter na referida missão e a relação da economia com a qualidade de vida, sobretudo dos preferidos de Deus, e finalmente, o diálogo social como contribuição para a paz.

O intento da pesquisa é contribuir para que esta lacuna em nossa evangelização seja preenchida e que se leve em consideração como aspecto relevante nas bases eclesiais que são as paróquias.

2 A Estrutura do capítulo IV da *Exortação Apostólica*

O Papa Francisco desenvolveu o capítulo IV de sua *Exortação Apostólica* (A Alegria do Evangelho) em quatro partes. Apresentamos, de forma sucinta, as grandes linhas de cada uma.

1 As repercussões comunitárias e sociais do querigma – nesta parte, o documento trata dos fundamentos desta dimensão, reflete sobre a confissão da fé e o compromisso social. Esta é uma realidade que poucos consideram, na medida em que o conceito de fé é muito reducionista e mal compreendido. Fundamenta ainda no Reino que chama e remete para a Doutrina da Igreja sobre as questões sociais. Afirma que vai concentrar-se em duas grandes questões; inclusão social dos pobres e a questão da paz e do diálogo social.

2 A inclusão social dos pobres - Convida a todos os cristãos para este grande imperativo: ouvir o clamor dos pobres, como fidelidade ao Evangelho para não correr em vão, oportunidade em que prioriza a misericórdia fundamentando-a em vários textos bíblicos; destaca o lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus, remete à Economia e distribuição de renda, sendo bastante crítico em relação à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira; refletindo sobre as desigualdades sociais (sabemos o quanto foi criticado por estes seus posicionamentos, porque é profético em relação aos grandes da sociedade), convoca a todos para cuidar da fragilidade.

3 O bem comum e a paz social - Nesta parte faz uma relação entre a dignidade da pessoa humana e o bem comum, colocando quatro princípios relacionados com tensões bipolares próprias de toda a realidade social, princípios estes que avançam para a constituição de um povo em paz, justiça e fraternidade: o tempo é superior ao espaço, a unidade prevalece sobre o conflito, a realidade é mais importante do que a ideia e o todo é superior à parte.

4 O diálogo social como contribuição para a paz - Evoca três campos do diálogo onde a Igreja deve estar: diálogo com os Estados, com a sociedade – que inclui o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica. Esta última forma do diálogo é também uma ausência quase que completa, sobretudo nas bases de nossa Igreja (paróquias, áreas pastorais, áreas missionárias).

3 Os grandes temas

– Prossequindo nossa reflexão, desenvolvemos agora os dois grandes temas que consideramos integradores dos demais do capítulo: A Caridade como dimensão constitutiva da missão da Igreja e a inclusão social dos pobres, como expressão maior do exercício da caridade. Deduz-se, portanto, que os dois temas estão reciprocamente relacionados.

3.1 A Caridade – Dimensão constitutiva da missão da Igreja

Tradicionalmente, o exercício da caridade foi entendido como “dar esmola”. É evidente que esta prática é muito confortável na medida em que, quando dou uma esmola cumpro um ato bondoso e tudo indica que estou eximido de qualquer responsabilidade na minha relação com o outro, compromisso com a sua vida.

Se analisarmos atentamente o documento da CNBB aqui já citado (CNBB, doc. 69, 2002), perceberemos que os três níveis da caridade aparecem espalhados em todo o documento. Merecem ser citados aqui.

A Caridade no nível emergencial – Muito recorrente em todos os níveis eclesiais, é a marca maior da Igreja junto aos que padecem, desde questões alusivas à natureza - como enchentes, seca, terremotos, ventanias... - e a presença solidária da Igreja, ajudando a aliviar estes casos até situações do cotidiano, quando se distribuem sopões, lanches, enfim, assistência imediata ou não.

A Caridade no nível promocional – Também aqui já observamos algumas práticas em paróquias com maiores condições financeiras, que

exercem este tipo de caridade. Ela se baseia numa presença que objetiva uma ascensão de conhecimentos que proporcionam a possibilidade êxito em exames vestibulares, concursos, pequenos empreendimentos: ora com a implantação de cursinhos que preparam o acesso ao nível superior e concursos, laboratórios de informática patrocinados pelas paróquias que preparam para o mundo do trabalho, cursos em parceria com órgãos públicos, manicure, gastronomia...

A Caridade no nível da transformação social – A que menos existe na Igreja, já que entra no aspecto da cidadania, da política, da Igreja junto aos frágeis da sociedade em sua defesa. É aqui que entra profundamente a dimensão social da Evangelização, o Pensamento Social da Igreja. Neste sentido, o Papa Paulo VI, afirmou: “A política é uma maneira exigente – se bem que não seja a única – de viver o compromisso cristão, a serviço dos outros”. (Carta Apostólica Octogésima Adveniens², 1971, nº 46). Isto significa dizer que é a maneira mais sublime de se exercer a caridade.

Dentro desta perspectiva, o Papa convida a compreender o laço indissolúvel que existe entre a recepção do anúncio salvífico e um efetivo amor fraterno em alguns textos da Escritura, que convém considerar e meditar atentamente para tirar deles rodas as consequências. É justamente neste aspecto, no entanto, que, talvez, estejamos num desvio de rota, pois, continua afirmando o Papa, é uma mensagem a que frequentemente nos habituamos e repetimos quase que mecanicamente sem nos assegurarmos de que tenha real incidência na nossa vida e nas nossas comunidades (cf. EG, n 179).

Esta aqui o grande problema hoje em nossa Igreja da prática religiosa e da prática cristã e que às vezes nos satisfazemos e confundimos como se fosse a mesma realidade. Estamos naquilo que se convencionou chamar de uma forma de neopaganismo, na medida em que temos muita religiosidade, muitos eventos de massa carregados com muita reza (e é bom), de muito emocionalismo, choro, de satisfação momentânea, enfim, muita religiosidade, mas sem seguimento, sem testemunhar aquilo no que acreditamos.

Na sequência da reflexão acima, este tipo de catolicismo não está contemplando a dimensão comunitária fundamental das origens cristãs, porquanto a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal

² Paulo VI, Carta Apostólica Octogésima Adveniens, por ocasião da 80º aniversário da *Rerum Novarum*, de 14.5.71, in, Documentos de Paulo, VI, Paulus, 1997, pp. 226-268.

com Deus, (cf. EG, n 180), num intimismo que contou com uma belíssima reflexão do Papa Emérito e está colocada no Documento de Aparecida:

A santidade não é fuga para o intimismo ou para o individualismo religioso, tampouco o abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo, e muito menos fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual. (DAP, nn. 148 e 285).³

Sobre o assunto vale a pena conferir a reflexão da Teóloga Maria Clara Bingemer.⁴

A dedução é lógica, pois “tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar conseqüências sociais”. (EG, nº 180).

É mais enfática, ainda quando diz nesta linha de raciocínio que “já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve apenas para preparar almas pára o céu” (EG, nº 182) e ninguém nos pode exigir que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos... uma fé autêntica que nunca é cômoda nem individualista – comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois de nossa passagem por ela (cf. EG, nº 183).

Existiria uma fundamentação maior vinda de nosso Papa para tratarmos as questões sociais de forma eclesial e não apenas como questão das pastorais sociais? Não seria interessante, entre outras indicações de nosso Pontífice, que estes dois números aqui citados fossem referência para uma avaliação autêntica de nossas dioceses, paróquias, áreas pastorais, áreas missionárias, novas comunidades, a mídia católica no que diz respeito ao que trata esta reflexão?

Logo em seguida, cita no mesmo número, o Papa Emérito, lembrando que “a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política - a Igreja, não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (EG, nº 183, DCE, nº 28) ⁵. Esta citação do Papa Emérito - Bento XVI - levou muita gente a interpretar que o pensamento do Papa era

³ Documento de Aparecida – Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Edições CNBB-Paulus-Paulinas, 2007.

⁴ A Carismatização da Religião – Uma consideração da diversidade religiosa por parte da Teologia no Brasil, in, CONCILIUM, n. 354 (2014/1), pp. 53—69.

⁵ Bento XVI, Carta Encíclica Deus Caritas Est, Paulus-Loyola, 2006.

escorregadio com relação ao posicionamento da Igreja quanto às questões sociais. Na verdade, o Papa foi coerente com aquilo que representa o Concílio Vaticano II que oficialmente superou a Era Constantina (na prática ainda temos muitos elementos do período de cristandade, afinal de contas foram 16 séculos), com fundamento na *Gaudium et Spes* (n. 36) quando afirma a autonomia das realidades terrestres, texto que vale a pena continuamente ser revisitado.

Volta aqui a questão do modelo ou cenário de Igreja hegemônico, que não considera esta dimensão, preferindo outras formas mais *lights* e apropriadas para a sociedade pós-moderna, que não intervêm no presente em busca de um futuro melhor, a conquista de um mundo melhor. Evidentemente, para nossa compreensão, falar de um mundo e uma sociedade melhor remete-nos para algo que pode se tornar distante, exigente e difícil; lembramos aqui a relação entre o universal e o local, o macro e o micro, ou seja, todos os grandes problemas hoje existentes no plano macro aparecem, sem dúvidas, como de perfil, em nossas paróquias, em nossas comunidades. Por isso fomos sempre críticos intransigentes das manifestações ocorridas em 2013 durante a Copa das Confederações, se elas não tivessem uma repercussão local, lá no posto de saúde, na escola, na delegacia, no hospital, ou seja, lá no bairro.

3.2 Os pobres

O Papa Francisco manifesta-se demasiadamente sobre a relação da Igreja, em todos os seus níveis, com o mundo dos pobres. Por que não lembrar o prefácio assinado por ele no livro do Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Gerhard Ludwig Müller - *Pobre para os pobres* – a missão da Igreja, quando, logo no começo do referido prefácio, ele pergunta: “Quem de nós não se sente pouco à vontade apenas ao se defrontar com a palavra “pobreza”? Há muitos tipos de pobreza, mas a pobreza econômica é a que é olhada com mais horror” (MÜLLER, 2014, 2).

Na Exortação, no entanto, o Papa Francisco trata da questão do pobre com origem num referencial importantíssimo na economia, que é a *inclusão social*. Convida cada cristão e cada comunidade a serem instrumentos de Deus a serviço da libertação e promoção dos pobres, e define o objetivo deste conteúdo: para que possam se integrar plenamente na sociedade, (cf. EG, 187). Isso requer compromissos além do templo.

É interessante como as pessoas ligadas a um modelo hegemônico de ser e fazer Igreja parecem não entender minimamente a questão do testemunho, do seguimento a Cristo e do discipulado. Neste sentido,

consideramos interessante a relação de Jesus com os escribas e os fariseus por meio dos diálogos, sempre procurando apontar para este caminho. Espetacular como referência para este momento encontra-se em Mt. 23, 23-26, onde Jesus pronuncia os “AIS” contra o legalismo exterior destes grupos que desprezam o essencial da lei e citando a **justiça**, a **misericórdia** e a **fidelidade**.

Precisamente aqui é que se deve recuperar a condição de batizados, pois aderir a Cristo exige um comportamento coerente com os valores que Jesus transmitiu, que marcam a distinção entre um culto formal e exterior, que não compromete o homem e o culto verdadeiro que compromete o homem inteiro, com o outro, com a vida ora banalizada. É compreender que o trono de Jesus é a **cruz**.

Na continuidade, o Papa motiva para a resolução das causas estruturais da pobreza e o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos (Cf. EG, n. 188). Agora uma questão prática: com o modelo de paróquia que temos, considerada como de manutenção, sacramentalista, centralizadora (cf. CNBB, doc. 100, n 29), dificilmente vai ser possível identificar irmãos e irmãs que necessitam da solidariedade, e, neste sentido, é fundamental para a conversão pastoral que se supere este modelo clássico, esgotado para alguns e com saídas de renovação para outros, mediante a descentralização, a fim de que a paróquia se torne **comunidade de comunidades** (Doc. 100 da CNBB), de tamanho humano, e pela organização, se identifiquem mais estes casos e passemos de um individualismo que nos torna insensíveis ao sofrimento dos outros, porque não nos relacionamos, para uma visão comunitária da fé.

É evidente que o tema dos pobres e contra a pobreza não pode ser visto de modo isolado. O documento remete para a função social da propriedade e o destino universal dos bens como anteriores à propriedade privada (Cf. EG, n.189). Pensamos que neste particular entra de cheio a questão de uma espiritualidade do cotidiano que, processualmente, vai gestando convicções e atitudes, porquanto, “uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes.” (EG, n. 189).

É notório o fato de que, por conta uma catequese de iniciação à vida cristã, “pobre ou fragmentada” (DAP. n. 287) como já citado, somos ricos em práticas religiosas, em ritos bem preparados, mas ligados a uma exterioridade, justamente pela ausência de uma boa catequese, tônica de

quase 16 séculos de cristianismo (catolicismo), que não privilegiou a dimensão existencial do cristianismo, as práticas cristãs; um grande exemplo disto é a temática da misericórdia; o Papa coloca sobre o assunto um pequeno texto – Tg 2, 12-13, “Falai e procedei como pessoas que não de ser julgadas segundo a lei da liberdade. Porque, quem não pratica a misericórdia, será julgado sem misericórdia. Mas a misericórdia não teme o julgamento”.

Exemplificando esta questão, lembramos o famoso **terço da misericórdia**, tão acompanhado hoje pela mídia católica, tanto televisiva como radiofônica. É claro que este terço deveria remeter processualmente os fiéis à prática do princípio misericórdia, o que parece não ser tão evidente; não há uma repercussão, mas repetição.

A misericórdia, portanto, é o caminho que o cristão deveria trilhar na direção dos mais pobres, embora ela deva ser entendida de forma universal, pois Jesus nos ensinou o caminho de reconhecimento do outro, com as suas palavras e seus gestos. Para quê ofuscar o que é tão claro?

Não nos preocupemos só em não cair em erros doutrinários, mas também com ser fiéis a este caminho luminoso de vida e sabedoria. Porque é freqüente dirigir aos defensores da ‘ortodoxia’ a acusação de passividade, de indulgência ou de cumplicidade culpáveis frente a situações intoleráveis de injustiça e de regimes políticos que mantêm estas situações. (EG, n. 194).

Refletindo: como reagem aqueles que se sentem atingidos por este tipo de abordagem? Fecham-se no seu modo absolutista de pensar? São capazes de, numa atitude de despojamento, de posição ascética, rever suas posturas?

São Paulo usou um critério-chave de autenticidade para saber se estava correndo ou não em vão – Não esquecer dos pobres (Gal. 2,10). Papa Francisco, como sempre numa linguagem clara, pastoral e parenética, diz: “Este critério importante para as que as comunidades paulinas não se deixassem arrastar pelo estilo de vida individualista dos pagãos, tem uma grande atualidade no contexto atual em que tende a desenvolver-se um novo paganismo individualista”. (EG, n. 195).

O que significa o paganismo individualista? É comum se afirmar hoje que vivemos num neopaganismo, ou seja, vive-se num mundo secularizado, as pessoas entram no mundo do relativismo onde cada um é a medida de suas decisões sem nenhum referencial externo (heterodoxo – vindo de fora para si) e cada um decide sem estes referenciais o que deve fazer, sem interferências, e a esfera religiosa está muito presente em

sua vida de modo intimista, emocionalista, separando a esfera da religião de suas decisões, mesmo que estas sejam contrárias às indicações da fé que professa. Enfim, muita religiosidade sem seguimento.

3.2.1 Lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus

Esta foi uma discussão recorrente na eclesiologia, especialmente com a matriz da Teologia da Libertação. Debates às vezes sem fertilidade, porquanto baseados em nomenclaturas, como: é preferencial? É exclusiva? Excluem-se os adjetivos e coloca-se apenas **opção pelos pobres?** Neste documento, o Papa privilegia o termo opção pelos pobres, pouco utilizando o preferencial.

No documento em lide há uma afirmação do Papa que ajuda a esclarecer esta questão, pois ele começa dizendo: “No coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres, tanto que até Ele mesmo “Se fez pobre” (EG, n. 197, citando 2 Cor 8,9).e em seguida vai fundamentar nas Escrituras várias situações que expressam esta preferência pelos pobres, porque, para a Igreja, a opção pelos pobres (aqui ele retirou o preferencial) é mais uma categoria teológica do que cultural, sociológica, política ou filosófica. “Deus manifesta sua misericórdia antes de mais” a eles. (cf. EG, n. 198).

Referida opção é entendida como uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja, (cf. João Paulo II, SRS⁶, nº 42).

Dentro daquela perspectiva que já caracteriza o atual Papa, de acolhimento, de sensibilidade diante do sofrimento dos outros, em especial daqueles mais necessitados, indicando que devemos ter cheiro de ovelhas, o Papa vai além, reafirmando que somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a sermos seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolhermos a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar por intermédio deles. (cf. EG, n. 198.).

Vejam que há uma nova mentalidade aqui no exercício da caridade, já que, via de regra, nos contentamos com uma esmola, na solidariedade e na prática de cestas básicas, sopões que aliviam a fome daqueles que só têm estes alimentos ou refeição diária, mas não devemos nos contentar com esta prática e numa compreensão simétrica buscar ser

⁶ João Paulo II, Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de 30.12.87, Paulinas, 1988.

seus amigos (será fácil esta mudança de atitude)? A conversar, dialogar, conhecer suas histórias; quando se tratar de moradores de rua, saber como chegaram até aquela situação.

Mesmo assim, o documento exprime que estes programas ou ações não devem consistir exclusivamente em programas de promoção e assistência. E acentua: “Aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro “considerando-o como um só consigo mesmo””. (EG, nº 199).

Outro ponto de relevância nas discussões, e que nos afastou dos mais pobres nas duas últimas décadas, foi a questão ideológica; setores da Igreja afirmaram ser esta opção uma opção classista, de matriz marxista e outras suspeitas semelhantes. Francisco, porém, enfrenta esta questão, assinalando que,

Quando amado, o pobre “é estimado como de alto valor”, e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos... é com base no amor autêntico que se serve ao outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independente de sua aparência. (EG, n. 199).

Faz-se necessário entender que a opção pelos pobres, de acordo com os fundamentos aqui expressos, é uma opção evangélica, teológica e que, “Sem a opção preferencial pelos pobres, “o anúncio do Evangelho – e este anúncio é a primeira caridade – corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta.” Infere-se desta afirmação que se fala muito da referida opção, mas na prática tornando-se apenas palavras ou ficando no assistencialismo, exclusivamente; o *Documento de Aparecida* já chamava a atenção para uma realidade bem provável, afirmando que a “nossa opção pelos pobres corre o risco de ficar em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossas decisões”. (DAP. nº 397).

Gostamos sobremaneira, da afirmação do Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, assim se expressou:

A Teologia da Libertação não morrerá enquanto houver homens que se deixem contagiar pelo agir libertador de Deus e que façam da solidariedade com os sofredores, cuja vida é espezinhada, a medida da sua fé e a mola do seu agir na sociedade. Teologia da Libertação significa, em suma, crer em Deus como Deus da vida e como fiador de uma salvação entendida na sua inteireza, a qual resiste a deuses e ídolos responsáveis por mortes prematuras, pobreza e degradação do homem. (MÜLLER, 2014, p. 34).

Na verdade, o lugar privilegiado do pobre no povo de Deus, na vida da Igreja, é definitivamente claro no documento, quando anota: “Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências... ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social”. (EG, n. 201). A questão aqui é como articular as particularidades próprias dos movimentos, grupos, pastorais, novas comunidades, com o lugar privilegiado que o pobre deve ocupar, não só como conteúdo, mas também levando em conta uma metodologia participativa e de protagonismo deles, a fim de se evitar qualquer postura assistencialista, excetuando-se os casos de necessidade absoluta e emergencial.

3.3 Economia e qualidade de vida

Este foi um dos pontos em que o Papa sofreu duras críticas, por mexer com a estrutura fundamental da sociedade e, sobretudo, com o mercado, política financeira, distribuição de renda, investimentos, enfim, com a classe empresarial e financeira.

Enfatiza as políticas compensatórias ou emergenciais, que deveriam ser consideradas como provisórias, procurando resolver as causas estruturais da pobreza, que são, ao mesmo tempo, as causas das desigualdades sociais, e indica como remédio a renúncia da autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira como solução (cf. EG, n. 202), requerendo decisões, programas e processos especificamente orientados para melhor distribuição de renda, criação de oportunidade de trabalho que supere o mero assistencialismo (EG, n. 203).

Inverter o quadro é também a grande saída ou seja, em vez do mercado e da especulação financeira estruturar a vida da sociedade, o que se coloca no centro é a dignidade da pessoa e o bem comum, que “parecem ser apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral” (EG, n. 203), e continua sendo duro, dirigindo-se aos empresários que têm uma vocação nobre, “desde que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida”. (EG, n. 203).

Ampliando e aprofundando o conceito de caridade e citando o Papa emérito, acentua que temos de nos convencer de que a caridade

[...] é o princípio não só das microrrelações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macrorrelações como os relacionamentos sociais, econômico, políticos e reza para que o senhor nos

conceda mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres. (EG, 205).

Esta idéia já aparecia em Paulo VI e aqui citada na Carta Apostólica **Octogesima Adveniens**, nº 46. e deve mudar completamente o nosso conceito de caridade, entendido em sua forma mais clássica, especialmente porque existem uma mentalidade e um cenário de Igreja predominantes a afirmarem, taxativamente, que estas realidades não fazem parte da missão da Igreja.

Por todas estas ideias, o documento indica o passo seguinte, que é **cuidar da fragilidade**, inclusive já nos ajudando a não estabilizarmos no modelo “do êxito” e “individualista” em vigor (cf. EG n.209), Acreditamos que a própria indicação do documento poderia ser objeto de uma pesquisa em cada paróquia, procurando identificar os mais frágeis que estão perto e desconhecemos em função de uma prática que mostra pouca sensibilidade para com os sofredores.

O Papa identifica novas formas de pobreza e fragilidade, nas quais somos chamados a reconhecer Cristo sofredor: os sem abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, os migrantes, a quem o Papa concede uma especial atenção, por ser pastor de uma Igreja sem fronteiras que se sente mãe de todos, pessoas que são objeto das diferentes formas de tráfico, as mulheres que padecem situação de exclusão, maus tratos e violência, os nascituros diretamente ligados ao tema do aborto e o conjunto da criação (cf. EG nn. 209 – 214).

Percebam o quanto isto indicaria um horizonte de preocupação para a Igreja, para as nossas paróquias, nossos movimentos, comunidades novas. Sem dúvidas, temos muitas energias postas a serviço da Igreja e da sua missão, porém, como está indicando, o próprio conteúdo do documento do Papa Francisco e as reflexões aqui desenvolvidas, estes temas são raros na pluralidade de expressões eclesiais que temos. Acreditamos que, quando se fala em **conversão pastoral**, a indicação destes novos rostos de pobreza deveria estar na linha de frente; é claro que nem sempre seria papel de todas as paróquias, movimentos, pastorais, novas comunidades, e também a mídia católica, de focar e evangelizar com base nessas realidades, porque talvez não as encontrem, mas identificar em cada instância aqui lembrada estes novos rostos de pobreza e ser uma presença dentro da perspectiva do lugar privilegiado do pobre: em seu movimento, em sua paróquia, na pastoral, nas novas comunidades, na mídia católica.

Evidentemente uma paróquia do litoral, por exemplo, teria uma dívida com a especulação imobiliária, a questão da natureza muitas vezes vista como objeto desta especulação imobiliária, a exploração sexual de menores... ou seja, somos convencidos de que as paróquias têm em seu processo de evangelização questões comuns mas sempre terá o seu específico, que deverá ser descoberto, com base numa análise da realidade.

Pensamos que na estrutura das dioceses, deveria existir uma sensibilidade de presença e situações que extrapolam o comum dela mesma e são problemas da própria cidade, como a situação dos migrantes, sofredores de rua, como exemplos; nestes e em casos análogos, dever-se-ia criar estruturas para responder a estes desafios, seja com a criação de vicariatos episcopais não territoriais e que abrangessem toda a Diocese, evitando-se, assim, o feudalismo que existe em nossas paróquias com a estrutura atual, segundo a qual, nem faz e se alguém quiser fazer terá que se submeter juridicamente a uma liberação por parte do pároco. O caso mais comum que conhecemos são os sofredores de rua, totalmente sem a devida atenção das paróquias onde estão.

As novas comunidades têm um bom perfil para o trabalho com alguns destes novos rostos de pobreza e já existem algumas experiências neste sentido. Deve-se levar em consideração o protagonismo deles por meio de uma metodologia participativa, como sujeitos de suas vidas e tendo como objetivo maior a compreensão de caridade como **promoção humana** e não apenas atrair novos adeptos.

Concluindo esta parte vem a afirmação de que não é de nossa responsabilidade resolver os problemas decorrentes destas pessoas, mas da nossa sensibilidade de cuidar dos mais frágeis, ser uma presença testemunhal de cristãos junto a elas e, no que for possível, favorecer a sua promoção humana, elevar o nível de dignidade.

3.4 A paz social

No pensamento do Papa Francisco, há profunda relação entre o bem comum, a paz social e a dignidade humana, recuperando temas anteriores, como a distribuição de renda, a inclusão social e os direitos humanos que também se relacionam com o tema, superando uma conotação falsa de paz, nos dizeres do Papa:

[...] aquela que servisse como desculpa para justificar uma organização social que silencie ou tranqüilize os mais pobres, de modo que aqueles que

gozam de maiores benefícios possam manter o seu estilo de vida sem sobressaltos, enquanto os outros sobrevivem como podem. (EG, n. 218).

Redação e compreensão mais claras são impossíveis e, refletimos, que a mentalidade do homem comum vai muito na linha oposta do que afirma o documento, pois não é raro escutarmos que em nossa Nação não há estes conflitos que acontecem por aí, geralmente associados ao Oriente Médio. Evidentemente, quando o referencial não são as guerras ou estes conflitos, mas o que afirma Papa Francisco como a distribuição de renda, a inclusão social e os direitos humanos, entendidos como habitabilidade e tudo o que a ela se relaciona, as coisas mudam totalmente de aspecto.

Por sinal, o próprio documento destaca que a paz não se reduz a uma ausência de guerra e que se faz no dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens (cf. EG, n. 219).

Em seguida, o Papa expõe quatro princípios que orientam o desenvolvimento da convivência social, cuja aplicação pode ser um caminho para a paz de cada nação e no mundo inteiro: o tempo é superior ao espaço, a unidade prevalece sobre o conflito, a realidade é mais importante do que a ideia e o todo é superior à parte. Estão distribuídos do número 222 ao 237.

3.4.1 O tempo é superior ao espaço (222 a 225)

Aqui o aspecto relevante é que os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, que é o horizonte maior, a utopia. Qual o destaque deste princípio? Permitir trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos. Se a prioridade é o espaço, o desejo é de resolver tudo no momento; O contrário é dar prioridade ao tempo, que se fundamenta muito mais em iniciar processos, em gerar processos e não ganhos imediatos que produzam dividendos políticos fáceis, rápidos e efêmeros, mas que não perfazem a plenitude humana.

Na verdade o que se percebe acompanhando a política hoje em dia é o objetivo de a Nação se tornar competitiva do ponto de vista econômico, a questão dos investimentos, preocupação com a inflação, questão energética, Banco Central... sem dúvidas temas importantes, mas não se percebe a mesma preocupação no concernente à plenitude humana, à qualidade de vida.

O Papa, citando Romano Guardini destaca: “O único padrão para avaliar uma época é perguntar-se até que ponto, nela, se desenvolve e

alcança uma autêntica razão de ser a plenitude da existência humana...” (EG, n. 224).

3.4.2 A unidade prevalece sobre o conflito (226 a 230)

Em primeiro lugar, o conflito não pode ser ignorado ou dissimulado, pois é inerente à condição humana. Ele deve ser aceito.

Perante o conflito, alguns se limitam a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam as mãos para poderem continuar com sua vida. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projetam nas instituições as suas confusões e insatisfações e, assim, a unidade se torna impossível. Há a terceira forma porém, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de um novo processo. “Felizes os pacificadores”. (Mt 5,9)! (Cf. EG, n. 227).

Qual é a riqueza desta afirmação? A possibilidade de desenvolver-se uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de superar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda.

Imaginem o quanto é complexa essa relação entre a unidade e o conflito e o que é proposto! Afinal de contas, num mundo como o nosso, não só individualista mas indo muito além, para o narcisismo, num mundo marcado pela competitividade cada vez mais motivada pela grande mídia, pelas redes sociais como prevalentes, encontrar pessoas magnânimas e que saibam levar em consideração a dignidade mais profunda do outro não é tão fácil, mesmo para nós cristãos, batizados, mas não evangelizados. Neste mesmo documento, o Papa afirma que foi desenvolvida uma globalização da indiferença,... já não choramos à vista do drama dos outros e a vida espiritual proporciona algum alívio mas não alimenta o encontro com os outros (cf. EG, nn. 54; 78). No doc. 100, da CNBB, encontramos algumas referências sobre o assunto, como a dificuldade de alguns em pensar no outro, a indiferença pelo outro, apáticos em relação aos sofrimentos dos outros e insensíveis aos pobres (13, 14, 200, respectivamente).

Não por acaso o documento remete para o âmbito da própria interioridade a conquista esta pacificação, pois, com corações despedaçados em milhares de fragmentos, será difícil estabelecer uma verdadeira paz social. (cf. EG n. 2290).

3.4.3 A realidade é mais importante do que a idéia (231 a 233)

O Papa chama a atenção para o perigo de viver no reino só da palavra, da imagem e do sofisma e postula o terceiro princípio: a realidade é superior à ideia; sem dúvidas, isto supõe evitar várias formas de ocultar a realidade.

Percebemos que a grande questão deste princípio é que a ideia, se desligando da realidade, dá origem a idealismos e nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam ou definem, mas não empenham; em sua linguagem fácil e cheia de ícones, Papa Francisco diz que “a ideia desligada da realidade manipula a verdade, do mesmo modo que se substitui a ginástica pela cosmética” (Cf. EG, n. 232).

Este critério está ligado teologicamente à encarnação da Palavra e ao seu cumprimento. Na Teoria da Linguagem, denomina-se o aspecto performativo da Palavra, é eficaz – diz e faz. Este critério impele-nos a pôr em prática a Palavra; a realizar obras de justiça e caridade nas quais se torne fecunda esta Palavra, caso contrário, é laborar sobre a areia, sem fruto (EG, n. 233).

Devemos dar mais importância a este critério, na medida em que avaliações, análises, projetos, propostas, grandes ideias e identificação de desafios não faltam e a grande questão é mesmo passar para a concretude, realizá-las. Muitas vezes a realidade é entendida neste nível e dificilmente vista sob este outro lado, o da realização.

3.4.4 O todo é superior à parte (234 a 237)

Questão de fundo: a relação entre o global e o local e a tensão daí decorrente, evitando-se, assim, os extremos. Prestar a atenção à dimensão global para não cair na mesquinhez da cotidianidade e convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra (Cf. EG, n. 234).

Interessante é notar ser necessário alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos... trabalhar no pequeno, no que está mais próximo, mas com uma perspectiva mais ampla (Cf. EG, n. 236).

Segundo o Papa, até mesmo as pessoas que possam ser criticadas pelos seus erros têm algo a oferecer que não deve se perder.

4. O Diálogo social como contribuição para a paz

Difícilmente, se vê a relação entre os três campos o diálogo indicados pelo Papa e onde a Igreja deve estar – são eles: o diálogo com os Estados, com a sociedade, incluindo o diálogo com as culturas e as ciências – e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica, falando esta a partir da luz que a fé lhe dá (cf. EG, n. 238). Ainda temos muitas atitudes de condenação. Em muitas questões, não utilizamos nem o “remédio da misericórdia” (João XXIII), nem o diálogo.

Mais difícil ainda é ter a atitude do diálogo, no seio de uma Igreja que sempre teve a hegemonia na sociedade, sobretudo por conta de 16 séculos do período de cristandade; Pensamos que seria de validade revisitar o documento a Carta Encíclica de Paulo VI *ECCLESIAM SUAM*⁷, considerada a carta magna sobre o diálogo, publicada em 1964, entre as sessões do Vaticano II. Sobre o tema, assim se expressou o Teólogo Mario de França Miranda:

Estamos mais preocupados com o novo contexto religioso pluralista em que se situa o catolicismo no Brasil. Aí temos um elemento novo e desafiador, para uma religião que reinou absoluta desde a descoberta do País, e que se tornou tranqüila demais como qualquer grupo majoritário. A inevitabilidade de conviver com outras religiões encontrou os católicos despreparados. (MIRANDA, 1996, p. 6; na mesma linha, BRIGHENTI, 2004, pp. 9-13).

Com relação ao Estado, a sociedade e o diálogo com as ciências e as culturas, o desafio é o mesmo.

É hora de saber como projetar, numa cultura que privilegie o diálogo como forma de encontro, a busca de consenso e de acordos, mas sem separá-la da preocupação por uma sociedade justa, capaz de memória e sem exclusões (cf. EG, n. 239). É um acordo para viver juntos, um pacto social e cultural e não um projeto de poucos para poucos ou de uma minoria esclarecida e testemunha que se aproprie do sentimento coletivo (EG, n. 239).

Neste diálogo com o **Estado**, a Igreja hoje bem desafiada não mais se relaciona com ele, de acordo com a forma anterior de cristandade, completamente superada com o Concílio Vaticano II. Ainda temos, no entanto, alguns elementos que têm a respiração profunda e sobrevivem na Igreja. Agora vale o diálogo de uma instituição de peso moral que, numa sociedade democrática, expõe seus ideais, seus valores, todos eles

⁷ Paulo VI, Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, sobre os caminhos da Igreja, Paulinas, 1964.

fundamentados em critérios evangélicos e que luta convictamente para que estes valores sejam respeitados, vivenciados e traduzidos em ações políticas.

Creemos que existe uma mentalidade, sempre defendida por muitos políticos e de uma certa forma baseada na separação Igreja x Estado, e que é mal traduzida por eles, dizendo que o Estado não tem que pedir licença às igrejas para elaborar determinadas leis que não se coadunam com a proposta do Evangelho, como a defesa da vida em todas as suas etapas. Afirmam, e a afirmação procede, que estamos num Estado Laico. Sem nenhuma dúvida e a justa compreensão do que seja um Estado laico ainda não atingiu a maioria de católicos; entretanto, o Estado é Laico, mas a sociedade é democrática, e os que estão nos níveis respectivos de Estado têm o dever de escutar os agentes sociais, as organizações intermediárias da sociedade.

De qualquer forma, neste diálogo com o **Estado e a sociedade**, a Igreja não tem soluções para todas as questões específicas, mas, com as forças sociais, acompanha as propostas que melhor correspondam à dignidade humana (cf.. EG, n. 241).

Naquilo que diz respeito ao **progresso científico**, a Igreja sofre acusações de ser retrógrada, como aquela instituição que dificulta esse progresso. Sobre o assunto, o documento afirma que “A Igreja não pretende deter o progresso admirável das ciências. Pelo contrário alegra-se e inclusivamente desfruta reconhecendo o enorme potencial que Deus deu à mente humana” (EG, n. 243).

Em certas ocasiões, alguns cientistas vão mais além do objeto formal de sua disciplina e exageram com afirmações ou conclusões que extravasam o campo da própria ciência. Neste caso, não é a razão que se propõe, mas uma determinada ideologia que fecha o caminho a um diálogo autêntico, pacífico e frutuoso. (EG, n. 243).

Em seguida, o texto conduz ao **diálogo ecumênico** afirmando que a [...] credibilidade do anúncio cristão seria muito maior, se os cristãos superassem as suas divisões e a Igreja realizasse a “plenitude da catholicidade que Ihe é própria naqueles filhos que, embora incorporados pelo Batismo, estão separados de sua plena comunhão” (EG, .n. 244).

Remete para os campos de missão, sobretudo na Ásia e na África, onde se percebe o contratemunho dos cristãos e onde se faz urgente a busca da unidade. São os próprios missionários que desenvolvem suas atividades nestes continentes que comentam as críticas, queixas e

sarcasmos que recebem por causa do escândalo dos cristãos divididos (cf.. EG, n. 246).

Em muitos casos, estes países já são dilacerados pela violência e aos sinais da divisão entre cristãos se juntam outros motivos de conflito, vindos justamente da parte de quem deveria ser um ativo fermento de paz. Quase em tom de lamentação o Papa diz; “São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem!” (cf. EG, n. 246).

Finalizando esta parte do diálogo, ecumênico o pontífice cita o diálogo com os irmãos ortodoxos mediante uma afirmação eivada de humildade: “No diálogo com os irmãos ortodoxos, nós, os católicos, temos a possibilidade de aprender algo mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sobre sua experiência de sinodalidade”. (EG, n. 246). O Papa não quis descer a detalhes sobre esta afirmação, porquanto se sabe como é fundamental na indicação dos patriarcas (que corresponde aos nossos bispos), o procedimento da indicação deles.

Em seguida, a reflexão se direciona para as relações com o judaísmo; o Papa faz referência ao judaísmo como uma religião alheia, nem incluímos os judeus entre quantos são chamados a deixar os ídolos para se converter ao verdadeiro Deus (cf. 1 Ts 1,9). (cf. EG, n.247).

Digna de destaque é a idéia firme do Papa a respeito da nossa identidade quando demarca:

Embora algumas convicções cristãs sejam inaceitáveis para o judaísmo e a Igreja não possa deixar de anunciar Jesus como Senhor e Messias, há uma rica complementaridade que nos permite ler juntos os textos da Bíblia hebraica e ajudar-nos mutuamente a desentranhar as riquezas da Palavra, bem como compartilhar muitas convicções éticas e a preocupação comum pela justiça e o desenvolvimento dos povos. (EG, n. 249).

É interessante notar que este termo usado não é diálogo propriamente dito, mas usa o vocábulo relações, aparecendo esta palavra diálogo na seqüência, quando trata do diálogo inter-religioso.

O passo seguinte é o **diálogo inter-religioso**, cujo eixo, segundo o Papa, é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana ou simplesmente – como propõem os bispos da Índia – “estar aberto a eles, compartilhando as suas alegrias e penas” (Cf. EG, n. 250). É desta forma que os interlocutores vão aprender a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir (cf. EG, n. 250).

Uma das grandes disputas no campo da Teologia da Missão no pós-concílio e na temática em apreço referia-se ao fato da necessidade da missão e da sua possível substituição pelo diálogo. E esta polêmica está bem situada na Encíclica *Redemptoris Missio* do então Papa João Paulo II, chegando o mesmo até a perguntar:

Ainda é atual a missão entre os não-cristãos? Não estará ele a substituída pelo diálogo inter-religioso? Não deverá restringir ao empenho pela promoção humana? O respeito pela liberdade não exclui qualquer proposta de conversão? Não é possível salvar-se em qualquer religião? Para quê, pois, a missão? (RMi, n. 4).⁸

O próprio documento indica a solução para esta maneira de pensar que estava em evidência, afirmando que o diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja, sendo vivenciado como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíprocos e ele não se contrapõe com à missão *ad gentes*; pelo contrário, tem laços especiais com ela e constitui sua expressão e o diálogo não dispensa a evangelização (cf. RMI 55).

É nesta esteira que Papa Francisco chama a atenção para um diálogo cordial e amável, sem descuidar do vínculo essencial entre diálogo e anúncio que leva a Igreja a manter e intensificar as relações com os não cristãos (cf. EG, n. 251), e reforça neste mesmo número a questão, aqui já aludida, da identidade: “A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções já profundas, com uma identidade clara e feliz, mas “disponível para compreender as do outro”.

Apesar da confusão de problemas que envolve hoje até ameaças ao próprio Papa Francisco em sua viagem para a Turquia, ele afirma que adquire grande importância a relação com os crentes do **Islã** (EG, n. 252). Anota, entretanto, que é indispensável a adequada formação dos interlocutores, a fim de que estejam radicalizados na sua identidade, mas que sejam capazes de reconhecer os valores dos outros, compreender também as preocupações que subjazem às suas reivindicações e fazer aparecer as convicções comuns (cf. EG, n. 253).

Finalmente, roga a esses países que asseguram liberdade aos cristãos para poderem celebrar o seu culto e viver a sua fé, levando-se em consideração a liberdade que os crentes do Islã gozam nos países ocidentais (EG, n, 253).

⁸ João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, de 7.12.90, sobre a Validade permanente do mandato missionário, Paulinas, 1991.

A última referência em relação ao diálogo recai sobre o **diálogo social e a liberdade religiosa** – A liberdade religiosa é um direito humano fundamental. Inclui “a liberdade de escolher a religião que se crê ser verdadeira e de manifestar publicamente a própria crença”. (EG, n. 255).

Um dos pontos relevantes e de destaque é a incidência pública da religião. Neste sentido, o Papa é incisivo ao afirmar que:

Tanto intelectuais como os jornalistas caem, frequentemente, em generalizações grosseiras e pouco acadêmicas, quando falam dos defeitos das religiões e, muitas vezes, não são capazes de distinguir que nem todos os crentes – nem todos os líderes religiosos – são iguais... desprezam escritos que surgiram no âmbito de uma convicção crente e são desprezados pela miopia dos racionalismos, desconhecendo os princípios humanistas que possuem um valor racional, apesar de estarem permeados de símbolos e doutrinas religiosos. (EG, n. 256).

5 Conclusão

A Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium** do Papa Francisco, fruto desta abordagem, resultado da XIII Assembléia Ordinária do Sínodo dos Bispos, realizada no período de 7 a 28 de outubro de 2012, cujo tema foi “A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã”, e, como o próprio Papa sublinha, o que ele pretende deixar expresso no documento possui um conteúdo programático e tem conseqüências importantes. (EG, n. 25). Logo no seu início, o Papa assevera o seu desejo e ao mesmo tempo um convite para uma nova etapa evangelizadora, marcada por esta alegria e indica os caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos (EG, n. 1), numa nítida preocupação mais pastoral do que doutrinária.

Há muita divergência entre teólogos pastoralistas e de outras áreas quando procuram identificar onde se encontra o **coração** desta Exortação, dados a sua riqueza e o seu estilo provocador, simples e inspirador, do Papa Francisco. Neste sentido, nos permitam exprimir um pouco dos acentos:

Alguns indicam o n. 2, que se refere ao consumismo, ao individualismo e às seqüelas deixadas pela frieza das leis do mercado. Outros colocam o acento no n. 49, no qual o Papa Francisco opta claramente por uma “Igreja acidentada e ferida, enlameada por ter saído pelas estradas”, em lugar de “uma Igreja doente por estar fechada na comodidade e se agarrar às próprias seguranças”. Portanto, uma Igreja missionária.

Outros, também marcados pela perspectiva missionária, têm destacado no n. 27, que trata das estruturas eclesiais a fim de que sejam mais missionárias. Outros, enfim, têm optado por identificar o coração da Exortação no que chamam de conversão do papado, na medida em que no n. 32, o Papa Francisco indica a descentralização como urgência. (JOEL AMADO, 2014, 28-29).

Todas as leituras acima são válidas e é difícil encontrar este coração, entretanto a escolha do capítulo IV se deu com suporte neste horizonte, porque trata da questão social e a sua relação com a ação evangelizadora da Igreja, por ser muito comum se escutar hoje em dia de vários grupos da Igreja manifestações de que estas questões não têm qualquer vínculo com a Igreja e, de uma certa forma, este tipo de mentalidade acaba por cair na omissão, criando assim uma enorme lacuna, o que favorece a uma meia dúzia de pessoas (os políticos profissionais) que atuam sem terem as devidas cobranças por parte da população, coloca uma capa na cidadania por conta da passividade do cidadão comum, e, como diz o Papa Emérito Bento XVI,

[...] a justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política... A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode e nem deve pôr-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça" (DCE, n. 28).

Consoante o documento exprime como vimos, o primado da caridade e da justiça faz com que se conclua que o engajamento social dos cristãos não é mera consequência da evangelização, mas faz parte integrante do querigma, porque Evangelizar é tornar o Reino de Deus no mundo (EG, n. 176) e, sendo assim, o querigma possui inevitavelmente uma dimensão social. O conteúdo do primeiro anúncio, que, aliás, precisa ser recuperado em nossa Catequese de Iniciação à Vida Cristã, "tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade." (EG, n. 177).

Sobrevoando sobre este capítulo, fica muito claro qual deve ser o papel da Igreja, aqui falando tanto do ponto de vista institucional como também a compreensão da Igreja povo de Deus, do papel que cada fiel deve exercer neste campo.

Percebe-se, também, no desenvolvimento das ideias do Papa, a opção pelos pobres que, para nós latino-americanos, preencheu muitas agendas, discursos, trabalhos acadêmicos, reflexões. Sem deixar dúvidas o Pontífice deixa clara a centralidade, o lugar privilegiado que o pobre ocupa (ou deve ocupar) no Povo de Deus e em função desta ideia que

também o tema da economia, da justiça, da caridade se desenvolvem no texto.

Vale salientar que há o retorno de uma perspectiva que envolve a pedagogia, a metodologia do trabalho junto a eles, que é o tema do protagonismo, da autonomia, de eles se tornarem sujeitos do processo das transformações sociais, evitando-se o quanto possível o assistencialismo que deve ser praticado em situações emergenciais.

Finalmente esta opção recebe um reforço quando é tratado o tema **cuidar da fragilidade** (209 a 216), elencando os seres frágeis de que a Igreja deve cuidar com predileção.

Finalizamos fazendo um lembrete aos caros leitores: o Papa tem consciência de que hoje os documentos não suscitam o mesmo interesse de outras épocas, acabando rapidamente esquecidos (EG, n. 25). Desejamos que isto não aconteça e, para que tal não ocorra vale ativar a memória das pessoas mediante reflexões como esta, que recupera um aspecto do documento; entretanto, o mais importante mesmo é que os responsáveis diretos pelo processo de evangelização - bispos, padres, agentes de pastoral - engajados em conselhos de pastorais das paróquias busquem de forma sistemática concretizar tantas inspirações do texto.

Referências Bibliográficas

Magistério da Igreja

PAPA FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas 2013.

BENTO XVI- *Carta Encíclica Deus é Amor*. São Paulo: Paulus - Edições Loyola, 2006.

SÃO JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Redemptoris Missio*, sobre a Validade Permanente do Mandato Missionário. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____, *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*, São Paulo: Paulinas, 1988.

PAULO VI, *Carta Apostólica Octogesima Adveniens*. São Paulo: Paulinas, 1971.

_____, *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*, São Paulo: Paulinas, 1964.

DOCUMENTO DE APARECIDA, Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe, Brasília, São Paulo: Ed. CNBB - Paulus-Paulinas, 2007.

VATICANO II, Mensagens, Discursos, Documentos - Gaudium et Spes, São Paulo: Vozes, 1998, PP. 470-549.

CNBB - Doc. 100 - *Comunidade de Comunidades* – Uma nova Paróquia. A conversão pastoral da paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____, Doc.69 – *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome*, São Paulo: Paulinas, 2002.

Outras Bibliografias

MÜLLER, G.L, *Pobre para os pobres* – a missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2014.

AMADO, J.P. e FERNANDES, L.A., (orgs) – *Evangelii Gaudium em questão* – Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais. São Paulo: Paulinas e Editora PUC-Rio, 2014.

BRIGHENTI, A., *A Igreja perplexa* – A novas perguntas, novas respostas. São Paulo: SOTER e Paulinas, 2004.

MIRANDA, M.F., *Um catolicismo desafiado*. Igreja e pluralismo religioso no Brasil, São Paulo: Paulinas, 1996.

AQUINO, F.J., *A dimensão socioestrutural do Reinado de Deus*. São Paulo. Paulinas, 2011.

BINGEMER, M. C.L. A carismatização da religião. Uma consideração da diversidade religiosa por parte da Teologia no Brasil, in, *CONCILIUM*, 354 (2014/1), pp. 53-69.

**Prof. Ms. Pe. Antonio Almir Magalhães de Oliveira*

Mestre em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana – Roma.

Professor da Faculdade Católica de Fortaleza - FCF